



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS,  
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**PROJETO DE LEI**  
**ORÇAMENTÁRIA PARA 2011**

(Projeto de Lei n.º 59/2010-CN)

**ÁREA TEMÁTICA I**  
**INFRAESTRUTURA**  
**RELATÓRIO APRESENTADO**

Deputado WALDEMIR MOKA (PMDB/MS)  
Presidente da CMO

Deputado LEONARDO QUINTÃO (PMDB/MG)  
Relator Setorial

10/12/2010



**CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS,  
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - CMO**

**Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2011  
(PL Nº 59/2010-CN)**

**Área Temática I**

**INFRA-ESTRUTURA**

Área Temática I - Infra-estrutura: Deputado **LEONARDO QUINTÃO**  
(PMDB/MG)

**RELATÓRIO**

Relator Setorial: Deputado **LEONARDO QUINTÃO** (PMDB/MG)

Brasília, 09 de dezembro de 2010



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

**RELATÓRIO SETORIAL Nº , DE 2010 – CN**

Da Relatoria da **Área Temática I – Infra-Estrutura**, sobre o Projeto de Lei nº 59, de 2010-CN, encaminhado pela Mensagem nº 121, de 2010-CN (nº 531, de 2010, na origem), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011”, referente às seguintes unidades orçamentárias que integram os Ministérios de Minas e Energia (32000), dos Transportes (39000) e das Comunicações (41000).

**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

**Orçamento Fiscal e Orçamento da Seguridade Social:**

<b>Código</b>	<b>Unidade Orçamentária</b>
32101	Ministério de Minas e Energia
32202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM
32263	Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM
32265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
32266	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
32314	Empresa de Pesquisa Energética – EPE

**Orçamento de Investimento:**

<b>Código</b>	<b>Unidade Orçamentária</b>
32201	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL
32204	Eletrobrás Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR
32223	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRÁS
32224	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE
32225	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
32226	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF
32228	FURNAS – Centrais Elétricas S.A.
32230	Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

32239	Petrobrás Distribuidora S.A. – BR
32242	Petrobrás Química S.A. – PETROQUISA
32264	Eletrobrás Participações S.A. – ELETROPAR
32267	Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE
32268	Companhia Energética de Alagoas – CEAL
32269	Companhia Energética do Piauí – CEPISA
32270	Centrais Elétricas de Rondônia S.A. CERON
32271	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG
32272	Boa Vista Energia S.A. – BVENERGIA
32273	Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AmE
32274	Petrobrás Transporte S.A. – TRANSPETRO
32275	Fronape International Company – FIC
32276	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE
32278	Petrobrás International Finance Company – PIFCO
32280	Alberto Pasqualini – REFAP S.A.
32282	Petrobrás Netherlands B.V. – PNBV
32287	Petrobrás International Braspetro B.V. – PIB BV
32308	Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG
32316	Liquigás Distribuidora S.A. LIQUIGÁS
32317	SFE – Sociedade Fluminense de Energia Ltda
32318	Termorio S.A.
32319	Fafen Energia S.A.
32320	Termoceará Ltda
32322	Termomacaé Ltda
32330	Refinaria Abreu e Lima S.A. – RNEST
32331	Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. – UTEJF
32333	Ipiranga Asfaltos S.A. - IASA
32334	Petrobrás Biocombustível S.A. – PBIO
32337	Comperj Estirênicos S.A. – CPRJEST
32338	Comperj Meg S.A. – CPRJMEG
32339	Comperj Participações S.A. – CPRJPAR
32341	Comperj Poliolefinas S.A. – CPRJPOL
32343	Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco – CITEPE
32344	Companhia Petroquímica de Pernambuco – PETROQUÍMICASUAPE
32346	Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. – MANGUE SECO 2



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

**Orçamento Fiscal e Orçamento da Seguridade Social:**

<b>Código</b>	<b>Unidade Orçamentária</b>
39101	Ministério dos Transportes
39207	VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
39250	Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
39251	Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ
39252	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT
39253	Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. – ETAV
39901	Fundo da Marinha Mercante - FMM

**Orçamento de Investimento:**

<b>Código</b>	<b>Unidade Orçamentária</b>
39214	Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**Orçamento Fiscal e Orçamento da Seguridade Social:**

<b>Código</b>	<b>Unidade Orçamentária</b>
41101	Ministério das Comunicações
41231	Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL
41902	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST
41903	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL

**Orçamento de Investimento:**

<b>Código</b>	<b>Unidade Orçamentária</b>
41201	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT
41202	Telecomunicações Brasileiras - TELEBRÁS



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

## **I – RELATÓRIO**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 121, de 2010-CN ((nº 531, de 2010, na origem), submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 59, de 2010-CN, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011”, tal como estatui a Constituição Federal em seu art. 84, XXIII, que destina a ele essa competência privativa.

Após ser designado, pelo Presidente desta Comissão, como Relator Setorial da Área Temática de Infra-Estrutura, coube a este Relator a tarefa honrosa de examinar e efetuar as revisões necessárias dos orçamentos dos órgãos que compõem esta Área.

### **A – PROPOSTA DO PODER EXECUTIVO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RECENTE**

#### **A.1 – RECURSOS PROGRAMADOS NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA**

A Área Temática I – Infra-Estrutura compreende a programação orçamentária dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações. Os recursos programados para a área temática, para o ano de 2011, estão distribuídos entre os Órgãos, conforme a Tabela a seguir.

**TABELA I**  
**RECURSOS DA ÁREA TEMÁTICA DE INFRA-ESTRUTURA POR ÓRGÃO**

<b>Órgão</b>	<b>Fiscal + Seguridade</b>	<b>Investimento</b>	<b>Total</b>
Ministério de Minas e Energia	5.746,6	99.442,0	105.188,6
Ministério dos Transportes	21.109,8	0,04	21.109,8
Ministério das Comunicações	4.361,7	913,0	5.274,7
<b>Total</b>	<b>31.218,0</b>	<b>100.355,0</b>	<b>131.573,1</b>

Fonte: PLOA 2011.

Esta Área Temática tem como principal característica a concentração de investimentos, os quais correspondem a 32,8% (R\$ 16,9 bilhões, do total de R\$ 31,2 bilhões) do total dos investimentos da Proposta do Executivo para 2011 para os orçamentos fiscal e da seguridade social, que somam cerca de R\$ 51,4 bilhões (GND 4).

No que se refere ao orçamento de investimento das empresas estatais para 2011, os recursos do setor de Infra-Estrutura alcançam o percentual de 93% do total, com pouco mais de R\$ 100 bilhões.

A análise das propostas dos orçamentos fiscal e da seguridade social da Área Temática I evidencia que os valores programados no PLOA 2011 (R\$ 31,2 bilhões) são 16% superiores ao projeto do orçamento para 2010 (R\$ 26,8 bilhões). Com relação ao orçamento de investimento das estatais, verifica-se um acréscimo de 13,9%, entre 2010 e 2011, como demonstra a tabela abaixo.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

**TABELA II**  
**RECURSOS DA ÁREA TEMÁTICA DE INFRAESTRUTURA – 2010 E 2011**

Esfera	R\$ bilhões		
	PL 2010	PL 2011	% PL 2011/ PL 2010
Fiscal e Seguridade	26,8	31,2	16,4
Investimentos	88,0	100,3	13,9
<b>Total</b>	<b>114,9</b>	<b>131,5</b>	<b>14,5</b>

Fonte: Propostas Orçamentárias para 2010 e 2011.

Pela Tabela II, verifica-se que os houve um acréscimo significativo na alocação de recursos para os órgãos desta Área Temática. O Projeto de Lei Orçamentária para 2011 registra um aumento de 14,5% que equivale a cerca de R\$ 16,5 bilhões.

## **A.2 – ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Os recursos propostos para 2011, no orçamento fiscal e no da seguridade social, somam R\$ 31,2 bilhões, valor 16% superior ao da proposta para 2010 (R\$ 26,8 bilhões). Este acréscimo deve-se sobretudo ao aumento dos recursos programados para os Ministérios dos Transportes e das Comunicações. Por outro lado, houve redução de 19% dos recursos programados para o Ministério de Minas e Energia (R\$ 5,7 bilhões) em relação aos propostos para 2009 (R\$ 7 bilhões).

A tabela abaixo apresenta dados sobre a evolução recente das dotações orçamentárias da área de Infra-Estrutura, na comparação entre os projetos de lei orçamentária de 2010 e 2011 e o valor empenhado de 2010 até o dia 08 de novembro último, quanto aos orçamentos fiscal e da seguridade social:

**TABELA III**  
**SETOR DE INFRAESTRUTURA**  
**Recursos previstos por Órgão 2010 a 2011**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Órgão	R\$ milhões				
	PLOA 2010	Empenh. 2010	PLOA 2011	% PL 2011/ PL 2010	% do Setor - PL 2011
Ministério de Minas e Energia	7.038,3	1.073,6	5.746,6	- 18,4	18,4
Ministério dos Transportes	16.758,7	14.530,9	21.109,8	25,9	67,6
Ministério das Comunicações	3.030,0	1.178,3	4.361,7	43,9	14
<b>Total</b>	<b>26.827</b>	<b>16.782,8</b>	<b>31.218,1</b>	<b>16,4</b>	<b>100</b>

Fonte: PLOAs 2010 e 2011 e SIAFI/STN.

Pela distribuição dos recursos entre os Órgãos deste Setor, observa-se que ao Ministério dos Transportes estão destinados, em 2011, 67,6% do total, R\$ 21,1 bilhões, cerca de 18,4% ao Ministério de Minas e Energia, com R\$ 5,7 bilhões, e 14% para o Ministério das Comunicações, com R\$ 4,4 bilhões.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

Considerando-se apenas os valores de investimentos, GND 4, para os três ministérios, têm-se os dados abaixo:

**TABELA IV**  
**SETOR DE INFRAESTRUTURA**  
**Recursos previstos por Órgão 2010 a 2011 – GND 4 (Investimentos)**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Órgão	PLOA 2010	Empenh. 2010	PLOA 2011	R\$ milhões	
				% PL 2011/ PL 2010	% do Setor - PL 2011
Ministério de Minas e Energia	73,0	28,4	67,4	- 17,7	0,004
Ministério dos Transportes	12.696,2	11.375,5	16.724,0	31,7	99,1
Ministério das Comunicações	66,7	13,9	78,1	17	0,004
<b>Total</b>	<b>12.835,9</b>	<b>11.417,8</b>	<b>16.869,5</b>	<b>31,4</b>	<b>100</b>

Fonte: PLOAs 2010 e 2011 e SIAFI/STN.

Pela tabela acima, percebe-se que o Ministério dos Transportes detém 99,1% dos investimentos previstos para 2011, os quais cresceram, em termos de previsão no projeto de lei, aproximadamente 31,7% de 2010 para 2011. Houve redução em 17,7% nos recursos de investimentos do Ministério de Minas e Energia e um aumento neste mesmo patamar percentual para o Ministério das Comunicações.

#### **A.2.1 – Ministério de Minas e Energia**

As despesas totais do Ministério de Minas e Energia (MME), no orçamento fiscal e no da seguridade social, propostas para 2011, correspondem a R\$ 5,7 bilhões, valor 18,4% inferior ao proposto em 2010 (tabela V.A). Apenas o DNPM foi contemplado com aumento em seu orçamento.

**TABELA V.A**  
**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**Recursos por Unidade Orçamentária**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Unidade Orçamentária	PLOA 2009	PLOA 2010	Empenh. 2010	R\$ milhões	
				PLOA 2011	PL 2011/ PL 2010
32101 Ministério de Minas e Energia	1.367,2	1.165,6	171,9	946,3	- 19
32202 Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM	1.181,6	969,9	272,4	813,0	-17
32263 Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM	217,2	263,3	147,4	296,7	12,6
32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP	5.007,0	4.082,7	220,9	3.164,7	- 22,5
32266 Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL	406,7	439,9	132,7	421,2	- 4,3
32314 Empresa de Pesquisa Energética – EPE	117,8	117,0	81,0	104,3	- 11
<b>Total</b>	<b>8.297,4</b>	<b>7.038,3</b>	<b>1.092,4</b>	<b>5.746,6</b>	<b>- 18,4</b>

Fonte: Propostas Orçamentárias de 2009, de 2010 e de 2011; SIAFI – Exec. até 17/11/2010.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

Dos recursos previstos no Projeto de Lei para o orçamento de 2011, para o Ministério de Minas e Energia – MME (R\$ 5,7 bilhões), cerca de R\$ 4,1 bilhões são destinados à reserva de contingência, resultando cerca de R\$ 1,6 bilhão para utilização real pelo Ministério, conforme especificado na tabela a seguir:

**TABELA V.B**  
**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**Recursos por Grupo de Natureza de Despesa (GND)**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

				R\$ milhões
GND	PL 2010	PL 2011	PL 2011/ PL 2010	
1 – Pessoal e Encargos Sociais	615,1	721,8	17,3	
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,4	0,1	- 0,75	
3 – Outras Despesas Correntes	932,4	838,6	- 11,1	
4 – Investimentos	73,0	67,4	- 7,7	
6 – Amortização da Dívida	2,4	2,2	- 8,4	
9 – Reserva de Contingência	5.414,9	4.115,4	- 24	
<b>Total</b>	<b>7.038,3</b>	<b>5.746,6</b>	<b>- 18,4</b>	

Fonte: Proposta Orçamentária - 2010 e 2011.

Os gastos do MME se concentram em despesas correntes e com pessoal. Essas duas naturezas representam a quase totalidade das dotações do Ministério, desconsiderando-se a reserva de contingência. Investimentos somam apenas R\$ 67 milhões para o exercício de 2011.

### **A.2.2 Ministério dos Transportes**

A programação do Ministério dos Transportes (MT), nos orçamentos fiscal e da seguridade social para 2011, engloba recursos de R\$ 21,1 bilhões, valor 26% superior ao proposto para 2010, distribuídos em sete unidades orçamentárias. As que mais se destacam, pela grandeza de seu orçamento são o DNIT, a Administração Direta e a Valec, como evidenciado na tabela abaixo:

**TABELA VI**  
**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**  
**Recursos por Unidade Orçamentária**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

						R\$ milhões
	Unidade Orçamentária	PLOA 2009	PLOA 2010	Empenh. 2010	PLOA 2011	PL 2011/ PL 2010
39101	Ministério dos Transportes (Adm. Direta)	2.213,2	2.837,6	2.333,9	3.135,5	10,4
39207	VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	1.848,0	2.998,4	1.896,3	2.395,0	- 20,2
39250	Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT	160,8	669,3	276,6	433,1	- 35,3



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

39251	Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ	57,9	105,0	66,3	78,9	- 24,1
39252	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT	8.293,6	9.959,3	10.145,8	14.704,7	47,6
39253	Empresa de Transporte Ferrov. de Alta Velocidade S.A.	-	-	-	172,6	-
39901	Fundo da Marinha Mercante - FMM	185,6	189,1	27,2	189,8	-
	<b>Total</b>	<b>12.759,2</b>	<b>16.758,7</b>	<b>14.746,4</b>	<b>21.109,8</b>	<b>25,9</b>

Fonte: Proposta Orçamentária 2009, 2010 e 2011; SIAFI – Exec. até 17/11/2010.

Pela tabela IV, verifica-se aumento significativo nos recursos do DNIT (48%) e ligeira redução (21%) nos da Valec – Engenharia. As dotações do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes predominam no âmbito do Ministério dos Transportes com cerca de dois terços do total, R\$ 14,7 bilhões para 2011, especialmente investimentos em transporte rodoviário. Quanto à administração direta do Órgão, os gastos se referem, em grande parte, a despesas com pessoal.

Na Valec, preponderam os investimentos em transporte ferroviário. Destaque-se o valor elevado de investimentos da empresa para 2011, com quase R\$ 2,4 bilhões. São investimentos vultosos destinados à construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste e da Ferrovia Norte-Sul.

A tabela a seguir descreve a distribuição dos recursos do DNIT por Grupo Natureza de despesa:

**TABELA VII**  
**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DNIT**  
**Recursos por Grupo de Natureza de Despesa (GND)**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

GND	PL 2010	Empenhado 2010	PL 2011	R\$ milhões
				PL 2011/ PL 2010
1 – Pessoal e Encargos Sociais	233,8	286,3	347,5	48,6
3 – Outras Despesas Correntes	437,8	359,0	522,7	19,3
4 – Investimentos	9.287,0	9.500,0	13.833,1	48,9
5 – Inversões Financeiras	0,7	0,4	1,3	85,7
<b>Total</b>	<b>9.959,3</b>	<b>10.145,8</b>	<b>14.704,7</b>	<b>47,6</b>

Fonte: Proposta Orçamentária - 2010 e 2011.

Conforme se vê na tabela VII, houve um aumento percentual de 48,9% no valor previsto para investimentos do DNIT em 2011, comparando-se com o projetado para 2010.

Quanto aos programas, seguem abaixo os valores previstos para 2011 para os mais destacados no orçamento do DNIT, tendo como corte o GND 4 – Investimentos, dos orçamentos fiscal e da seguridade social:



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

**TABELA VIII**  
**DNIT – GND 4 - INVESTIMENTOS**  
**Recursos por Programas**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

R\$ milhões					
	<b>Programas</b>	<b>PL 2010</b>	<b>Empenhado 2010</b>	<b>PL 2011</b>	<b>PL 2011/ PL 2010</b>
0225	Gestão da Política dos Transportes	343,5	234,9	560,6	63,2
1456	Vetor Logístico Amazônico	2.024,3	1.552,7	2.355,1	16,3
1457	Vetor Logístico Centro-Norte	1.076,5	1.353,2	1.672,2	55,3
1458	Vetor Logístico Leste	1.909,9	2.167,0	2.809,2	47,1
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1.108,7	1.031,9	1.670,2	50,6
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional	518,5	606,0	1.466,6	182,9
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste	890,6	1.075,4	1.223,9	37,4
1462	Vetor Logístico Sul	1.348,0	1.153,7	1.989,1	47,6
	<b>Total</b>	<b>9.220,0</b>	<b>9.174,8</b>	<b>13.746,8</b>	<b>49,1</b>

Fonte: Proposta Orçamentária 2010 e 2011; SIAFI, execução até 17/11//2010.

Os principais programas finalísticos do DNIT são denominados “Vetores Logísticos”. Verifica-se que programa Vetor Logístico Nordeste Meridional teve aumento expressivo de seus recursos em investimentos no Projeto de Lei do orçamento para 2011, com 183% em relação ao ano anterior: passou de R\$ 500 milhões para quase R\$ 1,5 bilhão. Outros tiveram acréscimo em torno de 50% em relação a 2010, como são os casos do Centro-Norte, Leste e Nordeste Setentrional. A média de aumento dos principais programas finalísticos do DNIT é de 49,1%.

### **A.2.3 – Ministério das Comunicações**

Os recursos propostos para o Ministério das Comunicações – MC, nas esferas do orçamento fiscal e da seguridade social, correspondem, na proposta orçamentária para 2011, a R\$ 4,3 bilhões, montante 44 % superior ao proposto para 2010. Das unidades orçamentárias que compõem o orçamento do Ministério das Comunicações, o FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações foi o que teve maior aumento em termos percentuais, 72 %.

**TABELA IX.A**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Recursos por Unidade Orçamentária**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

R\$ milhões						
	<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>PLOA 2009</b>	<b>PLOA 2010</b>	<b>Empenhado 2010</b>	<b>PLOA 2011</b>	<b>PL 2011/ PL 2010</b>
41101	Ministério das Comunicações	983,9	1.148,1	854,7	1.517,6	32,2
41231	Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	3.803,0	738,6	299,6	1.099,8	49,0
41902	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações –	1.156,0	815,7	0	1.402,3	72,0



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

FUST						
41903	Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL	315,7	327,4	35,4	341,9	4,4
<b>Total</b>		<b>6.258,5</b>	<b>3.030,0</b>	<b>1.189,8</b>	<b>4.361,7</b>	<b>44,0</b>

Fonte: Propostas Orçamentárias: 2009, 2010 e 2011; SIAFI – Exec. até 17/11/2010.

O orçamento do Ministério das Comunicações se restringe a um pequeno volume de investimentos e gastos proporcionalmente elevados com pessoal e outras despesas correntes, como se vê na tabela abaixo:

**TABELA IX.B**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Recursos por Grupo de Natureza de Despesa (GND)**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

GND	PL 2010	PL 2011	PL 2011/ PL 2010
1 – Pessoal e Encargos Sociais	1.124,8	1.153,0	2,5
3 – Outras Despesas Correntes	463,7	559,2	20,5
4 – Investimentos	66,7	78,1	17
5 – Inversões Financeiras	0,2	400,0	-
9 – Reserva de Contingência	1.374,6	2.171,2	57,9
<b>Total</b>	<b>3.030,0</b>	<b>4.361,7</b>	<b>43,9</b>

Fonte: Propostas Orçamentárias de 2010 e 2011.

Para 2011, são previstos cerca de 17% mais investimentos do que em 2010, com destaque para o fomento ao desenvolvimento de processos e produtos inovadores voltados às telecomunicações (cerca de R\$ 27,4 milhões). Registra-se ainda volume expressivo de recursos à conta de GND 5 – inversões financeiras, referente à participação da União no capital da TELEBRÁS –Telecomunicações Brasileiras S.A., com vistas à implantação da Rede Nacional de Banda Larga (R\$ 400 milhões).

Verifica-se que cerca de 50% do orçamento desse Ministério compõe-se de reserva de contingência, 39% de despesas com pessoal e despesas correntes, com pequena parcela destinada ao investimento, menos de 2%.

### **A.3 – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS**

As tabelas seguintes apresentam os valores propostos das unidades orçamentárias que compõem a estrutura da área temática, no contexto do Orçamento de Investimento das Estatais.

Consideram-se empresas estatais federais as empresas públicas e as sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Para fins de controle orçamentário, elas se dividem em dois grupos. Devem ter seus investimentos discriminados no orçamento de investimento aquelas estatais que



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

recebem recursos da União apenas sob forma de participação acionária; pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos; e transferências para aplicação em programas de financiamento. As demais estatais devem ter seus dispêndios previstos nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

### A.3.1 Ministério de Minas e Energia

Nesta Área Temática, tal como nos exercícios anteriores, o destaque é o orçamento de investimento das empresas do Ministério de Minas e Energia, que possui previsão de dotações, para 2011, na ordem de R\$ 99,4 bilhões, especialmente devido ao Grupo PETROBRÁS, tal como indica a tabela seguinte:

**TABELA X**  
**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**Recursos por Unidade Orçamentária**  
**Orçamento de Investimento das Estatais**

R\$ milhões

	<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>PLOA 2009</b>	<b>PLOA 2010</b>	<b>PLOA 2011</b>
32201	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPTEL	19,9	30,1	14,3
32204	Eletrobrás Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR	1.117,9	1.165,2	2.227,9
32223	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRÁS	131,1	100,3	111,2
32224	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE	600,0	918,5	807,1
32225	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	526,3	510,3	445
32226	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF	1.000,2	1.078,2	1.501,9
32228	FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	1.600,1	1.121,9	1.256,2
32230	Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS	44.035,3	45.168,8	60.734,5
32239	Petrobrás Distribuidora S.A. – BR	507,6	502,9	716,8
32242	Petrobrás Química S.A. – PETROQUISA	0,1	0,4	0,03
32264	Eletrobrás Participações S.A. – ELETROPAR	0,0	0,01	0,01
32267	Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE	131,9	148,2	96,5
32268	Companhia Energética de Alagoas – CEAL	227,2	284,6	178,4
32269	Companhia Energética do Piauí – CEPISA	339,2	835,9	290,0
32270	Centrais Elétricas de Rondônia S.A. CERON	249,8	329,8	204,4
32271	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG	261,2	111,3	51,4
32272	Boa Vista Energia S.A. – BVENERGIA	22,4	39,9	45,5
32273	Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AmE	683,8	1.189,5	893,7
32274	Petrobrás Transporte S.A. – TRANSPETRO	807,7	1.168,2	2.475,3
32275	Fronape International Company – FIC	9,6	10,1	16,5
32276	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE	593,9	310,0	91,6
32278	Petrobrás International Finance Company – PIFCO	2,3	1,9	2,0
32280	Alberto Pasqualini – REFAP S.A.	627,4	697,2	811,8
32282	Petrobrás Netherlands B.V. – PNBV	5.628,8	11.304,5	8.354,7
32287	Petrobrás International Braspetro B.V. – PIB BV	6.718,3	4.662,7	4.936,9
32308	Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG	2.949,8	2.728,5	1.169,6
32316	Liquigás Distribuidora S.A. LIQUIGÁS	91,6	90,2	159,3
32317	SFE – Sociedade Fluminense de Energia Ltda	3,8	10,0	13,2



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

32318	Termorio S.A.	11,1	11,7	15,1
32319	Fafen Energia S.A.	11,5	13,5	3,1
32320	Termo Ceará Ltda	10,2	13,5	9,0
32322	Termomacacé Ltda	1,9	2,8	5,5
32330	Refinaria Abreu e Lima S.A. – RNEST	4.269,4	6.122,8	9.035,9
32331	Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. – UTEJF	-	2,3	4,6
32333	Ipiranga Asfaltos S.A. - IASA	1,1	2,1	2,7
32334	Petrobrás Biocombustível S.A. – PBIO	130,6	174,3	94,5
32337	Comperj Estirênicos S.A. – CPRJEST	-	192,8	32,8
32338	Comperj Meg S.A. – CPRJMEG	-	238,5	74,5
32339	Comperj Participações S.A. – CPRJPAR	-	-	0,4
32341	Comperj Poliolefinas S.A. – CPRJPOL	-	494,2	392,5
32343	Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco – CITEPE	-	825,1	1.237
32344	Companhia Petroquímica de Pernambuco – PETROQUÍMICASUAPE	-	607,0	850,4
32346	Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. – MANGUE SECO 2	-	-	77,5
	<b>Total</b>	<b>73.371,0</b>	<b>87.359,2</b>	<b>99.442,0</b>

Fonte: Propostas Orçamentárias de 2010 e 2011.

### A.3.2 Ministério dos Transportes

A programação do Ministério dos Transportes na esfera do orçamento de investimento envolve recursos no valor de apenas R\$ 40 mil, correspondente ao orçamento da CODOMAR, a única empresa do conjunto das Companhias Docas que permaneceu na programação deste ministério:

**TABELA XI**  
**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**  
**Recursos por Unidade Orçamentária**  
**Orçamento de Investimento das Estatais**

		R\$ milhões		
	<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>PLOA 2009</b>	<b>PLOA 2010</b>	<b>PLOA 2011</b>
39214	Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR	0,04	0,04	0,04
	<b>Total</b>	<b>0,04</b>	<b>0,04</b>	<b>0,04</b>

Fonte: Propostas Orçamentárias de 2010 e 2011.

### A.3.3 Ministério das Comunicações

O Ministério das Comunicações possui atualmente apenas duas unidades orçamentárias, no orçamento de investimento das estatais, a ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a TELEBRÁS – Telecomunicações Brasileiras S.A:



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

**TABELA XII**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Recursos por Unidade Orçamentária**  
**Orçamento de Investimento das Estatais**

R\$ milhões

	<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>PLOA 2009</b>	<b>PLOA 2010</b>	<b>PLOA 2011</b>
41201	Emp. Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	770,0	639,8	500,0
41202	Telecomunicações Brasileiras - TELEBRÁS	-	0,4	413,0
	<b>Total</b>	<b>770,0</b>	<b>640,0</b>	<b>913,0</b>

Fonte: Propostas Orçamentárias de 2010 e 2011.

#### **A.4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RECENTE**

As tabelas XIII a XVI apresentam a execução orçamentária das unidades que compõem a estrutura da área temática. A Tabela XIII trata do orçamento fiscal e da seguridade social. As tabelas XIV a XVI, do orçamento de investimento.

**TABELA XIII**  
**ÁREA DE INFRAESTRUTURA**  
**Execução Orçamentária por Órgão e UO**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

R\$ milhões

	<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>LOA 2009 Empenhado</b>	<b>LOA 2010 Empenhado</b>	<b>PLOA 2011</b>
	<b>Ministério de Minas e Energia</b>			
32101	Ministério de Minas e Energia	200,0	171,9	946,3
32202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM	307,5	272,4	813,0
32263	Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM	153,4	147,5	296,7
32265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP	444,0	286,8	3.164,7
32266	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL	162,5	132,8	421,2
32314	Empresa de Pesquisa Energética – EPE	81,0	81,0	104,3
	<b>Total</b>	<b>1.348,6</b>	<b>1.092,5</b>	<b>5.746,6</b>
	<b>Ministério dos Transportes</b>			
39101	Ministério dos Transportes (Adm. Direta)	2.699,7	2.334	3.135,5
39207	VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	1.262,4	1.896,4	2.395,0
39250	Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT	224,3	276,6	433,1
39251	Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ	59,9	66,3	78,9
39252	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT	10.472,2	10.145,8	14.704,7
39253	Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A.	-	-	172,6
39901	Fundo da Marinha Mercante - FMM	172,7	27,2	189,8
	<b>Total</b>	<b>14.891,5</b>	<b>14.746,4</b>	<b>21.109,8</b>
	<b>Ministério das Comunicações</b>			
41101	Ministério das Comunicações	1.040,2	854,6	1.517,6
41231	Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL	325,8	299,6	1.099,8
41902	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST	0,8	0	1.402,3



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

41903	Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL	40,1	35,4	341,9
<b>Total</b>		<b>1.407,0</b>	<b>1.189,8</b>	<b>4.361,7</b>

Fonte: SIAFI/STN; Execução até 17/11/2010; PLOA 2011.

**TABELA XIV**  
**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**Execução Orçamentária por UO**  
**Orçamento de Investimento das Empresas Estatais**

R\$ milhões

	<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Realizado 2009 (a)</b>	<b>Realizado* 2010 (b)</b>	<b>PLOA 2011</b>
32201	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL	17,9	8,7	14,3
32204	Eletróbás Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR	545,4	233,0	2.227,9
32223	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRÁS	54,0	10,8	111,2
32224	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE	491,2	203,6	807,1
32225	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	552,7	320,0	445
32226	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF	749,3	411,0	1.501,9
32228	FURNAS – Centrais Elétricas S.A.	1.433,2	641,0	1.256,2
32230	Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS	41.845,9	31.661,4	60.734,5
32239	Petrobrás Distribuidora S.A. – BR	508,7	311,9	716,8
32242	Petrobrás Química S.A. – PETROQUISA	0,001	0,007	0,03
32264	Eletróbás Participações S.A. – ELETROPAR	0,01	0,007	0,01
32267	Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE	236,6	35,4	96,5
32268	Companhia Energética de Alagoas – CEAL	121,9	65,0	178,4
32269	Companhia Energética do Piauí – CEPISA	137,2	156,7	290,0
32270	Centrais Elétricas de Rondônia S.A. CERON	139,2	85,5	204,4
32271	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG	273,9	114,6	51,4
32272	Boa Vista Energia S.A. – BVENERGIA	9,8	5,5	45,5
32273	Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AmE	300,6	266,2	893,7
32274	Petrobrás Transporte S.A. – TRANSPETRO	776,3	701,6	2.475,3
32275	Fronape International Company – FIC	14,8	3,5	16,5
32276	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE	422,7	277,5	91,6
32278	Petrobrás International Finance Company – PIFCO	0,6	0,2	2,0
32280	Alberto Pasqualini – REFAP S.A.	256,3	344,8	811,8
32282	Petrobrás Netherlands B.V. – PNBV	6.942,2	4.549,9	8.354,7
32287	Petrobrás International Braspetro B.V. – PIB BV	4.716,1	3.237,6	4.936,9
32308	Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG	4.579,0	2.262,6	1.169,6
32316	Liquigás Distribuidora S.A. LIQUIGÁS	117,6	70,4	159,3
32317	SFE – Sociedade Fluminense de Energia Ltda	0,4	1,3	13,2
32318	Termorio S.A.	1,5	1,3	15,1
32319	Fafen Energia S.A.	4,8	0,9	3,1
32320	Termoceaná Ltda	0,9	0,3	9,0
32322	Termomacaé Ltda	0,04	0,1	5,5
32330	Refinaria Abreu e Lima S.A. – RNEST	956,8	1.783,6	9.035,9
32331	Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. – UTEJF	0,07	0,4	4,6
32333	Ipiranga Asfaltos S.A. – IASA	0,9	1,2	2,7



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

32334	Petrobrás Biocombustível S.A. – P BIO	1,8	54,8	94,5
32337	Comperj Estirênicos S.A. – CPRJEST	31,9	34,9	32,8
32338	Comperj Meg S.A. – CPRJMEG	39,9	27,1	74,5
32339	Comperj Participações S.A. – CPRJPAR			0,4
32341	Comperj Poliolefinas S.A. – CPRJPOL	136,7	136,2	392,5
32343	Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco – CITEPE	70,0	190,5	1.237
32344	Companhia Petroquímica de Pernambuco – PETROQUÍMICASUAPE	452,8	548,8	850,4
32346	Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. – MANGUE SECO 2	-	-	77,5
	<b>Total</b>	<b>68.099,4</b>	<b>49.866,7</b>	<b>99.442,0</b>

Fonte: Portarias do DEST/MP nº 2/10 e nº 21/10.

\* realizado até o 4º bimestre de 2010.

**TABELA XV**  
**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**  
**Execução Orçamentária por UO**  
**Orçamento de Investimento das Empresas Estatais**

R\$ milhões

<b>Código</b>	<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Realizado 2009</b>	<b>Realizado* 2010</b>	<b>PLOA 2011</b>
39214	Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR	0,006	0	0,04
	<b>Total</b>	<b>0,006</b>	<b>0</b>	<b>0,04</b>

Fonte: Portarias do DEST/MP nº 2/10 e nº 21/10.

\* realizado até o 4º bimestre de 2010.

**TABELA XVI**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Execução Orçamentária por UO**  
**Orçamento de Investimento das Empresas Estatais**

R\$ milhões

<b>Código</b>	<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Realizado 2009</b>	<b>Realizado* 2010</b>	<b>PLOA 2011</b>
41201	Emp.Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	234,8	151,5	500
41202	Telecomunicações Brasileiras - TELEBRÁS	-	0	413
	<b>Total</b>	<b>234,8</b>	<b>151,5</b>	<b>913</b>

Fonte: Portarias do DEST/MP nº 2/10 e nº 21/10.

\* realizado até o 4º bimestre de 2010.

## **A.5 – EFEITO DA ABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS**

De acordo com o item 35.1.3 da Parte B do Parecer Preliminar, as Relatorias devem considerar, na programação das unidades orçamentárias afetas à sua área temática, os possíveis efeitos dos créditos especiais e extraordinários aprovados nos últimos quatro meses de 2010 (art. 167, § 2º, da Constituição Federal).

No período considerado, e até a data de elaboração deste relatório, nenhum crédito especial ou extraordinário tinha sido aprovado.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

## **B – DAS EMENDAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS**

Foram apresentadas 86 emendas coletivas e 18 emendas individuais, que somam 104 emendas à programação dos órgãos que compõem a Área Temática I - Infra-Estrutura. Todas as emendas individuais foram apresentadas para a proposta orçamentária do DNIT.

**TABELA XVII**  
**Distribuição das Emendas Apresentadas**  
**Área Temática de Infra-Estrutura**

<b>Modalidade da Emenda</b>		<b>Tipo da Emenda</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Coletivas</b>	Bancada Estadual	Apropriação	<b>38</b>
		Remanejamento	<b>31</b>
	Comissão Permanente	Apropriação	<b>11</b>
		Remanejamento	<b>6</b>
<b>Individuais</b>			<b>18</b>
<b>TOTAL</b>			<b>104</b>

### **B.2 – ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE DAS EMENDAS APRESENTADAS**

De acordo com o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE), desta Comissão, propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas ao projeto de lei orçamentária.

#### **B.2.1 – Emendas coletivas**

O Comitê indicou como admissíveis todas as emendas coletivas apresentadas a esta Área Temática, com o compromisso firmado de que ajustes e correções fossem realizados pelos autores em parte dessas emendas.

#### **B.2.2 – Emendas Individuais**

Algumas das emendas individuais apresentadas não indicaram recursos suficientes para cumprir a regra estabelecida pelo art. 50, III, da Resolução nº 1, de 2006-CN. Por conseguinte, foram elas indicadas para serem inadmitidas.

Com o objetivo de não verem os recursos dessas emendas cancelados, seus autores optaram por solicitar o remanejamento das respectivas somas para outras emendas de mesma autoria apresentadas em outra área temática.



## **CONGRESSO NACIONAL**

### **COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

#### **RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

As demais emendas alocaram recursos em montantes que possibilitaram a sua aprovação, ainda que eventualmente se referissem a obras com custo total bastante elevado, como, em geral, são os projetos do DNIT. Com isso, foram consideradas admissíveis.

Das dezoito emendas individuais apresentadas, onze foram aprovadas. As sete demais, retiradas pelos autores, são as seguintes: n.º 12240006, do Deputado José Mendonça Bezerra; n.º 14110017, do Deputado Reginaldo Lopes; n.ºs 18310002 e 18310014, do Deputado Wellington Fagundes; n.º 23680003, do Deputado Fábio Ramalho; n.º 2476009, do Deputado Elismar Prado; e n.º 90140005, do Deputado Beto Albuquerque.

### **C – DA ATUAÇÃO DA RELATORIA SETORIAL**

As emendas aprovadas nesta Área Temática e, em especial, à programação orçamentária do DNIT têm suas dotações, não raras vezes, contingenciadas (ou não executadas) no decorrer do exercício financeiro a que se refere o Orçamento. Isto se deve, em grande parte, à falta de projetos e estudos de viabilidade técnica e daqueles voltados ao licenciamento ambiental dos empreendimentos. Mesmo com a emenda aprovada no Orçamento da União, os recursos correspondentes são frequentemente cancelados ou não utilizados até o final do ano.

Dependendo de sua complexidade, a elaboração de projetos rodoviários ou ferroviários demanda tempo significativo e pode, assim, resultar em termo final que extrapola o próprio exercício da lei orçamentária. Há necessidade, portanto, de que o DNIT promova o aporte de recursos adequados para a elaboração de projetos com vistas, também, à realização das obras indicadas e aprovadas pelo Congresso Nacional.

Ciente dessa carência, esta Relatoria propõe a alocação de recursos significativos para as ações relacionadas à elaboração de estudos e projetos de infraestrutura de transportes<sup>1</sup> em dotações destinadas tanto a projetos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC como aos demais.

Cabe ressaltar aos parlamentares desta Comissão a necessidade de a CMO criar um mecanismo para que sejam conhecidas, com antecipação, especialmente a partir de consulta ao DNIT, quais obras possuem projeto pronto ou em andamento, de modo a proporcionar maior efetividade à aplicação dos recursos.

É sabido que os valores disponíveis para o atendimento das emendas são escassos e provêm, em grande medida, de cancelamentos internos na programação do projeto de lei orçamentária federal. Por esta razão, o conhecimento prévio e atualizado sobre a situação real de cada obra destinatária de recursos públicos é importante para que esta Comissão avalie, com mais clareza, as possibilidades de execução das obras indicadas em emendas parlamentares.

---

<sup>1</sup> Ações 1D47 e 2C00.



## **CONGRESSO NACIONAL**

### **COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

#### **RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

A exiguidade de recursos para viabilizar a aprovação das emendas apresentadas não é fato novo verificado durante o processo de apreciação da peça orçamentária no Congresso Nacional. Diante das restrições orçamentárias e na busca de uma alocação de recursos o mais eficiente possível, procurou-se ouvir os autores das emendas coletivas, para identificar aquelas prioritárias, pois não se poderia atender a todas em níveis unanimemente considerados ideais.

Foi também diretriz desta Relatoria empenhar-se em priorizar investimentos com perspectiva de retorno econômico, sobretudo no que tange às obras em fase de andamento, uma vez que, enquanto não concluídas, elas não trazem resultado perceptível pela população e do qual esta possa usufruir satisfatoriamente.

### **C.1 – DA ATUAÇÃO DA RELATORIA NOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Apresentaram-se à programação relativa a esta Área Temática 104 emendas relativas ao Orçamentos Fiscal, das quais 18 são individuais e 86, coletivas. Destas emendas coletivas, 49 são de apropriação e 37, de remanejamento.

As emendas coletivas são destinadas quase que exclusivamente ao DNIT, órgão para o qual foram apresentadas 80 das 86 emendas coletivas.

Objetivou-se a consecução do maior equilíbrio possível na distribuição dos recursos, tendo por base as dotações constantes no Projeto de Lei do Orçamento para 2011 e parâmetros tais como o número de emendas de apropriação ou de remanejamento apresentadas e a unidade de Federação destinatária dos recursos.

### **C.2 – DA ATUAÇÃO DA RELATORIA NO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

Esta Relatoria propõe a manutenção do Orçamento de Investimento das empresas estatais federais tal como encaminhado pelo Poder Executivo, visto não terem sido apresentadas emendas aos órgãos desta Área Temática.

### **C.3 – DAS FONTES UTILIZADAS PARA APROVAÇÃO DE EMENDAS**

Os recursos utilizados para o atendimento de emendas coletivas decorreram de duas fontes: a parcela da Reserva de Recursos direcionada a esta Área Temática I e o cancelamento linear de dotações constantes do Projeto de Lei.

Os valores da Reserva distribuídos no presente processo orçamentário a esta Área para aprovação de emendas coletivas – cerca de R\$ 154 milhões – são significativamente inferiores à média daqueles relativos a anos anteriores. Por esta razão, o atendimento das emendas deu-se quase que exclusivamente à conta dos cortes em dotações da proposta orçamentária, especialmente naquelas consignadas na programação do DNIT,



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

nos termos e dentro dos limites estabelecidos pelo Parecer Preliminar ao Projeto de Lei aprovado nesta Comissão Mista.

Promoveu-se o cancelamento linear de 15% da programação orçamentária da Área de Infra-Estrutura correspondente às dotações relativas a fontes com aplicação não vinculada – 100 e 111 –, e classificadas com grupo de natureza de despesa (GND) igual a 4 (investimentos) e identificador de resultado primário (RP) igual a 3. Estas dotações representam cerca de 98% do total dos recursos passíveis de cancelamento nesta Área.

Realizou-se o cancelamento linear de cerca de 40% da programação dos Ministérios dos Transportes e das Comunicações classificada com GND 4 e RP 2. Deve ser observado que, não obstante a autorização do Parecer Preliminar para a realização de cancelamento de até 70% das dotações com tais características, optou-se por um percentual de corte bem inferior ao limite máximo, com vistas a evitar a desfiguração do orçamento dos Ministérios do setor.

Por fim, a programação da Área Temática classificada com GND 5 (inversões financeiras) sofreu cancelamento linear de 30% de suas dotações, em consonância com a limitação determinada pelo Parecer Preliminar.

Excetuaram-se dos cancelamentos supracitados as dotações financiadas com fontes vinculadas a aplicações específicas, cujo eventual corte não encontraria utilização possível no acatamento de emendas.

De conformidade com o § 1º do art. 38 da Resolução n.º 1, de 2006-CN, as emendas de remanejamento somente podem ser aprovadas com a anulação das dotações indicadas por elas próprias no momento de sua apresentação. Conforme já comentado acima, o Parecer Preliminar (item 30 da Parte B) estabeleceu os limites percentuais por RP e GND que poderiam ser utilizados pela Relatoria Setorial no acatamento das emendas, inclusive as de remanejamento.

Houve, entretanto, algumas emendas desta modalidade que apresentaram como cancelamento compensatório cortes superiores aos tetos permitidos. Na impossibilidade de fazer uso de recursos outros para a aprovação das emendas de remanejamento, além daqueles indicados por elas mesmas, esta Relatoria foi compelida a restringir seu atendimento a valores que não ultrapassassem ditos limites. Tal situação resultou, por vezes, em valores aprovados bastante inferiores àqueles demandados.

Verificaram-se, ainda, casos em que diferentes emendas de remanejamento do mesmo autor indicaram cortes compensatórios na mesma dotação. Por conta da obrigatoriedade de se observarem os limites percentuais de cancelamento por RP e GND supramencionados, esta Relatoria viu eventualmente reduzida sua possibilidade de aprovação de emendas com essa natureza em valores mais elevados.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

**C.4 – OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES APONTADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU**

O artigo 94 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, Lei nº 12.309/2010, dispõe que:

*“Art. 94. A programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2011 e da respectiva lei poderá contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira dos contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos em que foram identificados os indícios condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável e à prévia deliberação da CMO.”*

Em atendimento ao art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006-CN, e ao item 35.3 do Parecer Preliminar, e com base em informações do TCU, esta Relatoria verificou não existirem emendas apresentadas ao orçamento desta Área Temática que estejam contidas no rol de ações relativas a obras com indícios de irregularidades graves apresentada pelo Tribunal.

O relatório do Comitê de Avaliação sobre obras com irregularidades graves - COI aprovado por esta Comissão informa não haver obra desta Área Temática com bloqueio proposto para a lei orçamentária de 2011.

**C.5 – OUTRAS SOLICITAÇÕES AO RELATOR**

Encaminhou-se a esta Relatoria, para análise e eventual providência, o Ofício nº 547/GM-MP, de 25/11/2010, de autoria do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, originalmente endereçado à Presidência desta Comissão Mista. Por meio deste ofício, o Ministro solicita duas alterações na programação orçamentária do DNIT constante do Projeto de Lei Orçamentária para 2011.

Com base nas justificativas apresentadas nos documentos analisados, esta Relatoria, com fundamento no art. 144, I, da Resolução n.º 1, de 2006-CN, combinado com os itens 16 e 18 da Parte B do Parecer Preliminar, decidiu por apresentar duas Emendas de Relator com a finalidade de corrigir a omissão de ordem técnica apontada pelo Ministro do Planejamento, a qual havia sido motivada por pleito do Ministério dos Transportes (Aviso n.º 137/GM/MT, de 23/11/2010), confirmado pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF (Nota Técnica n.º 20/DEINF/SOF/MP, de 24/11/2010).

A Emenda de Relator n.º 80010001 concerne à solicitação para que se proceda ao remanejamento de R\$ 10.000.000,00 da ação "7M91 - Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Maringá - na BR-376 - no Estado do Paraná" (sequencial 5711) para a ação "128W - Construção do Trecho Rodoviário - Campo Mourão - Palmital - na BR-158 - no Estado do Paraná", a ser incluída na proposta orçamentária.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
**RELATORIA SETORIAL DA ÁREA TEMÁTICA I – INFRA-ESTRUTURA**

Segundo a Nota Técnica da SOF, o remanejamento possibilitará antecipar o cronograma de execução da obra, inicialmente previsto para ter início em 2012, tendo em vista que o Governo do Estado do Paraná doou o projeto de engenharia e que o processo licitatório encontra-se em fase de conclusão, o que permitiria seu início já em 2011.

A Emenda de Relator promove o remanejamento entre as ações supramencionadas, no montante de R\$ 8.500.000,00, que equivale ao valor solicitado reduzido de 15%, equivalente ao cancelamento incidente de forma linear em todas as dotações classificadas com RP 3 e GND 4, adotado por esta Relatoria Setorial em consonância com as normas do Parecer Preliminar.

A Emenda de Relator n.º 80010002 diz respeito à proposta de adequação da classificação programática da ação "7N11 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa GO/TO - Itumbiara - na BR-153 - no Estado de Goiás" (sequencial 5714), com seu reenquadramento no Programa 1458 - Vetor Logístico Leste, em vez do Programa 1461 - Vetor Logístico Centro-Sudeste.

A Nota Técnica da SOF ressalta que, com a mencionada adequação técnica, a classificação programática da referida ação guardará compatibilidade com o Plano Plurianual 2008-2011, com a prevenção de transtornos durante a execução da respectiva obra.

A Emenda de Relator ajusta a classificação do projeto supramencionado e consigna para sua dotação o montante de R\$ 1.297.890,00, que equivale ao valor original previsto na proposta orçamentária reduzido de 40,6%, equivalente ao cancelamento incidente de forma linear em todas as dotações classificadas com RP 2 e GND 4, adotado por esta Relatoria Setorial em consonância com as normas do Parecer Preliminar.

## **II – VOTO**

Diante do que aqui foi relatado, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei n.º 59, de 2010-CN, referente aos orçamentos das unidades orçamentárias da Área Temática I – Infra-Estrutura, nos termos da proposta do Poder Executivo, com as alterações aprovadas por esta Relatoria, constantes das relações anexas.

Sala da Comissão, de de 2010.

**Deputado LEONARDO QUINTÃO**  
**Relator Setorial**